

# Fatos e hipóteses

21 JUL 1988

Uma avaliação sincera do desempenho da Assembléia Nacional Constituinte acusa um fator negativo digno de ser descartado no segundo turno: ela se permeabilizou ao exercício de oposição e situação, pertinente ao Senado e à Câmara dos Deputados. Por passionatismo ou impulsos de estreia de muitos parlamentares, o certo é que acabou não separando as prerrogativas acumuladas — as que permitem crítica e apoio ao Governo atual das que precisam reger quaisquer governos.

Destaque-se o paradoxo de uma hipótese estar sendo precedida por dois fatos correlatos. Falamos da anistia discriminatória concedida a uma parcela de devedores, inadimplentes, e cuja razão é a de terem sido vítimas do descalabro do Plano Cruzado, assim se privilegiando em detrimento de toda a Nação. Pois enquanto se aguarda a palavra definitiva do segundo turno — o que configura a hipótese do sim ou do não —, acontece: 1º) os devedores oneram suas dívidas pelo prazo de espera; e 2º) pela natureza matemática de suas

operações, o Banco do Brasil suspende créditos de custeio à produção agrícola, no resguardo compulsório de fundos para pagar por uns com o sacrifício de muitos.

Isso demonstra nítida falha de métodos constituintes, a par de uma força provocadora de constantes atritos com o Executivo. Cada Poder age de maneira estanque e, ao largo dos acertos prévios, complica aquilo que poderia ser simplificado.

No quadro clínico de hoje, emerge a luta do Ministério da Agricultura em tirar da briga o crédito imprescindível à salvação da lavoura. Sob urgência preventiva, o presidente do Banco do Brasil, Mário Bernard, segura o cofre de onde o dinheiro é ameaçado de destino diverso do programado. O ministro da Agricultura, Iris Rezende, aflige-se, com justo motivo, porque, se o desvio se consumir, o recorde das safras de grãos será batido pelo recorde do prêmio político proposto sob auspícios da UDR com quem usa a arma do voto constituinte no tiro ao alvo do Governo — e acerta no povo.

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Alysso Paulinelli, adverte que “o setor agrícola está descapitalizado e a safra, que tem tudo para ser a maior dos últimos anos e ainda muito rentável em função das perspectivas do mercado internacional, corre o risco de ter uma produção reduzida, pois os produtores dependem dos recursos oficiais”. Sua voz de classe privada corresponde à voz oficial do ministro da Agricultura, portanto.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, calcula em dez dias o término do segundo turno. Uma abreviação da recusa à emenda da anistia, que o relator Bernardo Cabral suprime prudentemente, apararia o endividamento dos inadimplentes e do País. Também reduziria, ao menos um pouco, os custos da Constituinte, reconhecida como a mais cara da história, a qual o presidente Ulysses proclama como a melhor de todas. Naturalmente, outra eufórica hipótese, cuja sanção correrá por conta do futuro.